

CNJ debate soluções tecnológicas para o futuro da Justiça



tribunais brasileiros, o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

De acordo com o gerente do projeto PJe, Bráulio Gusmão, um projeto-piloto já está sendo desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e a iniciativa começou a produzir

Soluções tecnológicas de inteligência artificial, de integração de sistemas e de transparência pautaram as discussões da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que se reuniu nesta terça-feira (23/4). A comissão deliberou sobre projetos e medidas destinados a aperfeiçoar os serviços prestados pela Justiça, como o Projeto Sinapses. A iniciativa tem por objetivo o desenvolvimento de ferramentas que auxiliem o trabalho de magistrados e servidores com o auxílio da inteligência artificial.

Na reunião de terça-feira, foi apresentado aos integrantes da comissão o atual estágio de evolução do Projeto Sinapses, que atualmente seleciona projetos de pesquisa a serem executados pelas áreas de tecnologia da informação dos tribunais. O plano do CNJ é envolver os especialistas dos tribunais no processo colaborativo de desenvolvimento de ferramentas de automação de processos e rotinas produtivas, sob supervisão do CNJ. As melhorias serão incorporadas ao sistema de tramitação eletrônica de processos judiciais criado pelo CNJ e utilizado atualmente por pelo menos 71

resultados. Uma das ferramentas criadas utiliza um mecanismo automatizado de leitura textual para identificar a classe processual de uma ação a partir da leitura de documentos dos autos do processo. Outra funcionalidade sugere ao magistrado, com base nas informações contidas no texto, a próxima movimentação processual a ser determinada naquela ação. “Podemos definir, por exemplo, que tipo de informações o sistema deverá buscar, identificar e classificar, de acordo com as necessidades dos magistrados”, afirmou.

Transparência - A Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura também aprovou um parecer apresentado pelo conselheiro André Godinho para facilitar o acesso a processos judiciais públicos, pelo PJe. Atualmente, de acordo com duas resoluções do CNJ (121 e 185), para visualizar atos e documentos de uma ação não sigilosa em

curso na Justiça, exige-se um cadastro prévio e uma manifestação de interesse de quem solicita acesso aos autos. Além dessa restrição, o acesso só é liberado caso o interessado seja uma das partes do processo, advogado, membro do Ministério Público ou magistrado. “Em um julgamento anterior, o CNJ votou contra a necessidade de cadastro para acessar informações do Portal da Transparência do Conselho”, afirmou o conselheiro Godinho.

A comissão decidiu também por iniciar tratativas com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para possibilitar uma integração entre o sistema da entidade e o PJe. A proposta foi encaminhada ao conselheiro Luciano Frota pela Febraban. “De acordo com a informação que recebi, mensalmente são enviados à Febraban cerca de 130 mil ofícios”, afirmou Frota. Com a aprovação da medida, será possível discutir a elaboração de uma solução tecnológica que permita ao sistema bancário responder aos ofícios no âmbito do PJe, o que pouparia trabalho. “A pauta intensa da comissão é reflexo não só das demandas na área tecnológica, mas também do trabalho desenvolvido por todo o Conselho, que nela acaba desaguando os projetos de todas as áreas”, destacou o conselheiro Márcio Schiefler, presidente da comissão.

Fonte: CNJ

Desembargador federal Wilson Alves de Souza será homenageado na SJBA amanhã, às 16h



O magistrado Wilson Alves de Souza será homenageado amanhã, às 16h, no Auditório Ministro Dias Trindade do Fórum Teixeira de Freitas, em virtude de seu recém título de desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Além do homenageado, o evento contará com a presença de diversas autoridades locais e é promovido pela Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia e pela AJUFBA - Associação dos Juizes Federais da Bahia.

Dr. Wilson foi aprovado, por unanimidade, ao cargo de desembargador do TRF1 no dia 06 de dezembro de 2018,

por meio da ferramenta eletrônica SEI Julgar, e tomou posse no dia 18 de fevereiro deste ano, sendo apresentado em cerimônia solene ocorrida em 5 de abril, em Brasília.

Ingressou na magistratura em fevereiro de 1990 como juiz federal substituto da SJBA, onde titularizou-se juiz federal da 7ª Vara e exerceu a diretoria do foro de maio de 1997 a maio de 1998.

Natural de Riachão do Jacuípe, na Bahia, é bacharel em Direito, especialista em Processo Civil e mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), em Buenos Aires, Argentina; doutor em Direito Processual pela Universidade de Buenos Aires, também na Argentina, e pós-doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de Coimbra (UC), em Portugal. O magistrado atua como professor titular de Processo Civil na Universidade Federal da Bahia.

Leitura Obrigatória

As Meninas

de Lygia Fagundes Telles

Este é um dos mais importantes romances de Lygia Fagundes Telles. Escrito em 1973, é resultado do esforço de três anos de trabalho dessa autora, que valoriza a palavra e mostra a luta de todos em defesa da liberdade, com uma linguagem coloquial e expressiva, repleta de diálogos que abandonam as conveniências formais.



O romance “As Meninas” oferece, de um lado, um painel saboroso das vivências de três pessoas em busca de si mesmas; de outro, uma amostra dos problemas cruciais que agitaram a juventude durante um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, que Lygia Fagundes Telles teve a ousadia e a coragem de denunciar.

Lia, Ana e Lorena são personagens principais e, embora muito diferentes, elas compartilham experiências e se apoiam mutuamente. Moram juntas em um pensionato de freiras e suas conversas e pensamentos reproduzem os costumes e assuntos da década de 1970, como a radicalização política e a liberação sexual da mulher.

Com uma seqüência cronológica pouco marcada de alguns dias ou poucas semanas, o tempo no livro é voluntariamente vago e difícil de precisar. O que prevalece é o tempo psicológico, pois tudo acontece através do entrecruzar da memória, da evocação do passado, da mistura com algumas ações no presente.

Vencedor do Prêmio Jabuti de 1974, a autora utiliza diversos focos narrativos para contar a história das amigas. A narração se dá ora em primeira pessoa, trazendo diretamente os pensamentos de Lia, Ana e Lorena; ora em terceira pessoa, com seus sentimentos, conflitos e impressões em discurso indireto livre. A opção não é casual: detalhando os universos das três amigas, o leitor pode vislumbrar os conflitos da juventude durante a Ditadura Militar.

No último dia 19, Lygia Fagundes Telles completou 96 anos de vida.

Fonte: Passei na Web e Wikipédia

Aniversariantes

Hoje: Rita Liliana Paim Senna (NU-TEC), Daiana Garcia da Silva Bocanera (15ª Vara), Josebelle Sousa Pereira (20ª Vara), Suzane Queiroz de Melo Fontes (2ª Vara), Josefa Carvalho de Souza (Campo Formoso), Fernanda Mendes de Oliveira Costa (NUCGP) e Emanuelle Oliveira dos Santos Felix (Feira de Santana).
Amanhã: Ilton Viera Leão (Turma Recursal), Aline Campos Barreto (CEF) e Guilherme Telles Filho (VIPAC).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.